



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Mensagem substitutiva nº 01/2003 ao Projeto de Lei nº 47/2003

Cordeirópolis, 22 de setembro de 2003

Senhor Presidente.

Recebido(a) em 11/10/2003
às 13:20 horas
[Assinatura]
Secretaria Administrativa

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Nobre Câmara Municipal, o incluso *substitutivo ao Projeto de Lei nº 47/2003* que dá nova redação ao caput do art. 1º e ao art. 4º da Lei Municipal nº 1839, de 21 de junho de 1995, que institui cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos.

O presente substitutivo objetiva aperfeiçoar a redação da propositura, compatibilizando-a com os altos propósitos que motivaram o Poder Executivo a apresentar a matéria em epígrafe.

Diante do exposto acima, o encaminhamento da referida matéria, tem o objetivo precípuo de definir a forma de pagamento da cesta básica, aos servidores municipais e autárquicos, conforme preve o artigo 1º do referendado projeto de Lei. Hoje o Poder Executivo remunera os servidores através de pagamento em moeda corrente, quando o correto seria em forma de alimentos ou cartão, tudo de conformidade com informações recebida através de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Contando, pois com a elevada compreensão de Vossa Excelência e demais pares, requeremos que a presente matéria tramite em regime de urgência, nos termos do art. 53, da Lei Orgânica do município de Cordeirópolis.

Pelo, exposto, conclamamos aos Nobres Legisladores a aprovarem o projeto em tela e prevaleçemo-nos da oportunidade para apresentar nossos protestos de singularíssima estima, consideração e real apreço.

Atenciosamente,

[Assinatura]
ELIAS ABRAHÃO SAAD
Prefeito Municipal

Ao

Exmo Senhor

Carlos Aparecido Barbosa

D.D. Presidente da Câmara Municipal de Cordeirópolis



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 47/2003

Dê-se a seguinte redação ao Projeto de Lei em epígrafe:

Dá nova redação ao caput do art. 1º e ao art. 4º da Lei Municipal nº 1839, de 21 de junho de 1995, que institui cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - O "caput" do art. 1º e o art. 4º da lei Municipal nº 1839, de 21 de junho de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedida cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos ativos e inativos, no valor de R\$ 76,71 (setenta e seis reais e setenta e um centavos), que poderá ser constituída de gêneros alimentícios de primeira necessidade ou através de vale-compra ou cartão benefício.

Art. 4º - O valor de R\$ 76,71 (setenta e seis reais e setenta e um centavos), será atualizado pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor amplo), anualmente no mês de janeiro."

Art. 2º - Excepcionalmente, em janeiro de 2004, o reajuste será proporcional aos meses decorridos desde o último reajuste."

Art. 3º - Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, um crédito adicional no valor de R\$ 40.443,20 (quarenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos), a fim de suplementar as dotações 3.1.90.46.00 - Auxílio-Alimentação das Unidades Orçamentárias respectivas.

Parágrafo Único - O crédito Adicional aberto será coberto com a redução da Reserva de Contingência do corrente exercício.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, *retroagindo em seus efeitos legais a contar de 1º de setembro de 2003*, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 18 de setembro de 2003, 55 da Emancipação Politico-Administrativa do Município.


ELIAS ABRAHÃO SAAD
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

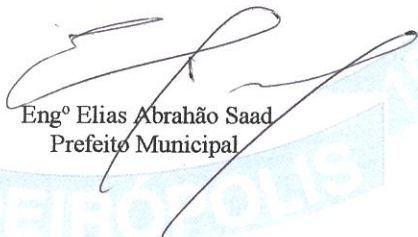
Objetivando atender o disposto no artigo 16, I, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, seguem as estimativas de impacto orçamentário-financeiro relativo à geração de despesas de que trata o Projeto de Lei de 15 de setembro de 2003 (Mensagem n.º 015/03), que dispõe sobre a concessão de cesta-básica aos servidores municipais.

Especificação Da Despesa	Exercício de 2003	Exercício de 2004	Exercício de 2005
Despesas Correntes			
Pessoal e Encargos Sociais			
Aplicações Diretas			
Auxílio-Alimentação	40.443,20	121.329,60	121.329,60
TOTAL	40.443,20	121.329,60	121.329,60

Os recursos que custearão essas despesas são os decorrentes da Reserva de Contingência prevista na Lei Orçamentária do corrente exercício

A despesa em tela representa, em 2003, um impacto orçamentário e financeiro da ordem de 0,231395% e 0,276389%, respectivamente.

Cordeirópolis, 18 de setembro de 2003.


Engº Elias Abrahão Saad
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

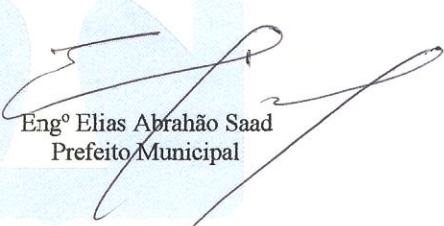
DECLARAÇÃO

Elias Abrahão Saad, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, em atendimento ao que dispõe o artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, DECLARA, na qualidade de Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, que as despesas, de que trata o Projeto de Lei desta data, que é enviado à Câmara Municipal através da Mensagem n.º 15/03 tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária de 2003, e compatibilidade com o Plano Plurianual relativo ao período de 2002 a 2005, bem como, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A adequação orçamentária se dá mediante a abertura de crédito adicional suplementar, no exercício de 2003, no valor de R\$ 40.443,20 (quarenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos), que deverá ser coberto com os recursos provenientes da Reserva de Contingência prevista na Lei Orçamentária do corrente exercício.

Declara, finalmente, que o disposto no Projeto de Lei em pauta atende o que dispõe o inciso III do art. 37 e o § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Cordeirópolis, 18 de setembro de 2003.


Engº Elias Abrahão Saad
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS
Estado de São Paulo

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER

Propositura: Substitutivo ao Projeto de Lei nº 047, de 15 de setembro de 2003, de autoria do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Elias Abrahão Saad.

Assunto: Dá nova redação ao “caput” dos artigos 1º e 4º da Lei Municipal nº 1.839, de 21 de junho de 1995, conforme especifica.

Parecer:

Tal como o texto originalmente enviado a esta Casa Legislativa, a propositura em exame dispõe sobre alteração dos artigos 1º e 4º da lei municipal em epígrafe.

Novamente, cumpre-nos ressaltar que iniciativa legislativa de leis que disponham sobre a concessão de quaisquer benefícios aos servidores públicos municipais é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Já no que concerne ao necessário atendimento ao contido no **art. 21 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**, tem-se que foram devidamente encaminhados a estimativa trienal de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa quanto à compatibilidade do novo gasto de pessoal com os três planos orçamentários .

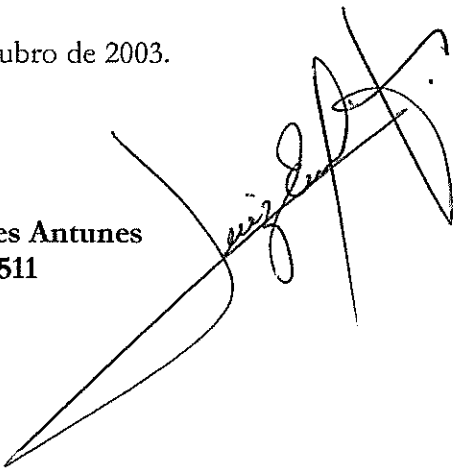
Por fim, cabe mencionar que a abertura de crédito adicional prevista no *art. 3º* está em plena consonância com os ditames da **Lei Federal nº 4.320/64**, não merecendo a referida operação qualquer reparo, ao menos sob o aspecto jurídico.

Conclusão:

De acordo com a manifestação acima, entendemos, S.M.J., que a propositura é LEGAL .

Cordeirópolis, 07 de outubro de 2003.

Luiz Eduardo Moraes Antunes
OAB/SP.68.511





CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer referente a Projeto de Lei nº. 47, de 16 de setembro de 2003, do Executivo.

Ao referido projeto foi apresentado um substitutivo, de iniciativa do Prefeito Municipal.

Quanto aos dispositivos regimentais, nada temos a opor, pois se nota que a propositura preenche todos os requisitos necessários.

Do ponto de vista legal e constitucional, encontra-se em consonância com as disposições vigentes.

Assim, verificamos que não existem impedimentos para a sua tramitação.

Desta forma, julgamos que o presente projeto e seu substitutivo estão aptos a serem apreciados pelo Plenário desta Edilidade.


Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.



SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA
RELATOR



LUIZ CARLOS DA SILVA
PRESIDENTE



TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer sobre o Projeto de Lei nº. 47, de 17 de setembro de 2003, do Executivo.

O presente projeto recebeu um substitutivo, de autoria do Sr. Prefeito Municipal.

Inicialmente, o projeto foi enviado à Comissão de Justiça e Redação, que, não encontrou impedimentos jurídico-constitucionais ou legais, opinando favoravelmente.

De nossa parte, não encontramos nenhum impedimento de natureza financeira ou orçamentária que embarace a aprovação do referido projeto, na forma de seu substitutivo, concordando com os argumentos contidos na justificativa que acompanha o mesmo.

Por este motivo, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº. 47, de 17 de setembro de 2003, na forma de seu substitutivo.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2003.


REGINALDO MARTINS DA SILVA
RELATOR


CRISTIANO ANTONIO GUARASEMIN
PRESIDENTE


LUIZ CARLOS DA SILVA
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício “Dr. Cássio de Freitas Levy”

Emenda nº. 1 ao Projeto de Lei nº 47, de 2003.

Exclua-se do “caput” do art. 1º., referido no art. 1º do projeto, a expressão:
“constituída de gêneros alimentícios de primeira necessidade”

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 7 de outubro de 2003.

SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA
VEREADOR

LUIZ CARLOS DA SILVA
VEREADOR

JAIR APARECIDO DALFRÉ
VEREADOR

SEBASTIÃO PEREIRA DUTRA
VEREADOR

APROVADO(A)

- () 1ª Discussão
- () 2ª Discussão
- (X) Discussão Única
- () Redação Final

7.10.2003
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Emenda nº. 2 ao Projeto de Lei nº 47, de 2003.

Inclua-se no projeto o art. 4º., renumerando-se o seguinte, como segue:

"Art. 4º. – Deverá ser realizado, obrigatoriamente, processo licitatório, nos termos da Lei Federal nº. 8666/93, e alterações posteriores, para aquisição do vale-compra ou cartão benefício, conforme o art. 1º desta Lei. "

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 7 de outubro de 2003.

SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA
VEREADOR

LUIZ CARLOS DA SILVA
VEREADOR

JAIR APARECIDO DALFRÉ
VEREADOR

SEBASTIÃO PEREIRA DUTRA
VEREADOR

REJEITADO (A)

Sessão de 7/10/2003

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Lei nº. 47/2003, do Executivo.

Em virtude da aprovação do substitutivo e da Emenda nº. 1, dê-se o projeto a seguinte redação final:

Dá nova redação ao "caput" dos artigos 1º e 4º da Lei Municipal nº 1839, de 21 de junho de 1995, que institui cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos, e dá outras providências.

Art. 1º. – O "caput" dos arts. 1º e 4º da Lei Municipal nº. 1839, de 21 de junho de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. – Fica concedida cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos ativos e inativos, no valor de R\$ 76,71 (setenta e seis reais e setenta e um centavos), que poderá ser através de vale compra ou cartão-benefício."

"Art. 4º. – O valor de R\$ 76,71 (setenta e seis reais e setenta e um centavos) será atualizado pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), anualmente no mês de janeiro."

Art. 2º. – Excepcionalmente, em janeiro de 2004, o reajuste será proporcional aos meses decorridos desde o último reajuste.

Art. 3º. – Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis um crédito adicional no valor de R\$ 40.443,20 (quarenta mil, quarenta e três reais e vinte centavos), a fim de suplementar as dotações 3.1.90.46.00 – Auxílio-Alimentação das Unidades Orçamentárias respectivas.

Parágrafo único – O crédito adicional aberto será coberto com a redução da Reserva de Contingência do corrente exercício.

Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo em seus efeitos legais a contar de 1º de setembro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2003.


SÉRGIO BALTHAZAR RODRIGUES DE OLIVEIRA
RELATOR


LUIZ CARLOS DA SILVA
PRESIDENTE


TERESINHA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

recebi 09/10/03
João

Autógrafo nº. 2244

Dá nova redação ao "caput" dos artigos 1º e 4º da Lei Municipal nº 1839, de 21 de junho de 1995, que institui cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Art. 1º. – O "caput" dos arts. 1º e 4º da Lei Municipal nº. 1839, de 21 de junho de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. – Fica concedida cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos ativos e inativos, no valor de R\$ 76,71 (setenta e seis reais e setenta e um centavos), que poderá ser através de vale compra ou cartão-benefício."

"Art. 4º. – O valor de R\$ 76,71 (setenta e seis reais e setenta e um centavos) será atualizado pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), anualmente no mês de janeiro."

Art. 2º. – Excepcionalmente, em janeiro de 2004, o reajuste será proporcional aos meses decorridos desde o último reajuste.

Art. 3º. – Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis um crédito adicional no valor de R\$ 40.443,20 (quarenta mil, quarenta e três reais e vinte centavos), a fim de suplementar as dotações 3.1.90.46.00 – Auxílio-Alimentação das Unidades Orçamentárias respectivas.

Parágrafo único – O crédito adicional aberto será coberto com a redução da Reserva de Contingência do corrente exercício.

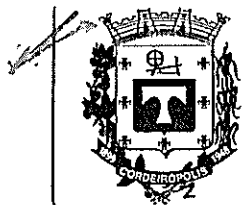
Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo em seus efeitos legais a contar de 1º de setembro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 9 de outubro de 2003.


CARLOS APARECIDO BARBOSA
Presidente


LUIZ CARLOS DA SILVA
1º. Secretário


REGINALDO MARTINS DA SILVA
2º. Secretário



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

LEI Nº 2162 DE 15 DE OUTUBRO DE 2003.

Dá nova redação ao “caput” dos artigos 1º e 4º da Lei Municipal nº 1839, de 21 de junho de 1995, que institui cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - O “caput” dos arts. 1º e 4º da lei Municipal nº 1839, de 21 de junho de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** - Fica concedida cesta básica mensal aos servidores municipais e autárquicos ativos e inativos, no valor de R\$ 76,71 (setenta e seis reais e setenta e um centavos), que poderá ser através de vale-compra ou cartão benefício.”

“**Art. 4º** - O valor de R\$ 76,71 (setenta e seis reais e setenta e um centavos), será atualizado pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), anualmente no mês de janeiro.”

Art. 2º – *Excepcionalmente, em janeiro de 2004, o reajuste será proporcional aos meses decorridos desde o último reajuste.*

Art. 3º - Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica aberto na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, um crédito adicional no valor de R\$ 40.443,20 (quarenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte centavos), a fim de suplementar as dotações 3.1.90.46.00 – Auxílio-Alimentação

Parágrafo Único – O crédito Adicional aberto será coberto com a redução da Reserva de Contingência do corrente exercício.

continua



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Lei Municipal nº 2162/03

continuação

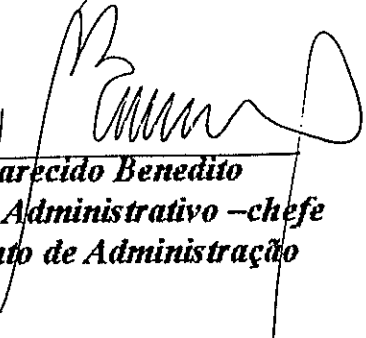
fls.02

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, *retroagindo em seus efeitos legais a contar de 1º de setembro de 2003*, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 15 de outubro de 2003, 55 da Emancipação Politico-Administrativa do Município.


ELIAS ABRAHÃO SAAD
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal "**ANTONIO THIRION**", em 15 de outubro de 2003.


José Aparecido Benedito
Coordenador Administrativo - chefe
Departamento de Administração